



Revista Brasileira
de Tecnologias Sociais



O LIVRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: PASSADO E PRESENTE

THE BOOK AND PUBLIC POLICIES: PAST AND PRESENT

EL LIBRO Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PASADO Y PRESENTE

*Laura Pereira de Almeida*⁶

*Beatriz Corrêa Pires Dornelles*⁷

RESUMO: O presente trabalho busca compreender de que forma a implementação de políticas públicas no Brasil é capaz de influenciar o hábito de leitura. Temos como objetivo observar a história das políticas públicas que envolvem o livro, em busca de compreender os índices de leitura atuais do país, publicados na pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”. Essa é uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental e com método indutivo. Observamos que, a partir da época do Brasil Colônia, houve um atraso até o Estado começar a aplicar políticas públicas efetivas de incentivo à leitura de livros. Por meio deste artigo, conseguiu-se visualizar a importância e a necessidade de manter políticas públicas efetivas em torno do livro e da leitura. Para um maior acesso aos livros e à leitura no país, é necessário investimento do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Leitura; Livro.

ABSTRACT: This article seeks to understand how the implementation of public policies in Brazil can influence the reading habit. Our objective is to observe the history of public policies involving the book in order to understand the current reading rates in the country, published in the research “Portrayal of Reading in Brazil”. This is an exploratory, bibliographical and documentary research with an inductive method. We observed that, from the time of Colonial Brazil, there was a delay before the State began to apply effective public policies to encourage the reading of books. Through this article, we were able to visualize the importance and the need to maintain effective public policies around books and reading. For more access to books and reading in the country, it is necessary to invest in the State.

KEYWORDS: Public policies; Reading; Book.

RESUMEN: El presente trabajo busca comprender cómo la implementación de políticas públicas en Brasil logra influir en el hábito lector. Nuestro objetivo es observar la historia de las políticas públicas que involucran el libro para comprender los índices de lectura actuales en el país, publicados en la investigación “Retratos de la lectura en Brasil”. Se trata de una investigación exploratoria, bibliográfica y documental con método inductivo. Observamos que, desde la época del Brasil Colonial, hubo un retraso antes de que el Estado comenzara a aplicar políticas

⁶ Mestranda do Curso de Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design, da PUC-RS. Bolsista CAPES, e-mail: pereira.laura@edu.pucrs.br

⁷ Professora titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Escola de Comunicação, Artes e Design, da PUC-RS. e-mail: biacpd@pucrs.br

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.





públicas efectivas para incentivar la lectura de libros. A través de este artículo pudimos visualizar la importancia y la necesidad de mantener políticas públicas efectivas en torno al libro y la lectura. Para un mayor acceso al libro ya la lectura en el país es necesaria la inversión del Estado.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas; Lectura; Libro.

INTRODUÇÃO

A leitura é um instrumento de cultura e educação, capaz de fortalecer o pensamento e o desenvolvimento humano. No entanto, quando se fala do seu incentivo, sabemos que o país possui uma boa parte da população que não tem o hábito de ler livros. Em busca de interpretar esses índices e os motivos que o envolvem, é fundamental observar a história do país acerca de compreender o que já foi feito no quesito das políticas públicas envolvendo o livro.

Dessa maneira, busca-se compreender de que forma a implementação de políticas públicas no Brasil é capaz de influenciar o hábito de leitura. O objetivo deste trabalho é, portanto, observar a história das políticas públicas que envolvem o livro, a fim de compreender os índices de leitura atuais do país, publicados na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil.

Esta é uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental e com método indutivo. Os autores Zoara Failla (2021), Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2019), Milton Marques Junior (2004), José Castilho Marques Neto (2021), Flávia Rosa (2014) e Antonio Candido (1999) fazem parte do referencial teórico.

Foi possível observar que, desde o período do Brasil Colônia, houve um atraso na implementação de políticas públicas relacionadas ao livro. Esse descaso seguiu até o ano de 2005, quando políticas públicas realmente efetivas começaram a ser executadas no país. Contudo, desde 2016, é possível observar um descaso na aplicação dos programas que envolvem o livro e a leitura. Esse fator pode estar relacionado com a diminuição do número de leitores entre 2015-2019, relatada na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. É necessário, não somente um investimento do Estado, como um comprometimento em manter essas políticas, pois a leitura é um direito de todos.

O LIVRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Quando se fala de incentivo à leitura no Brasil, sabe-se que o país possui um número relevante da população que não tem o hábito de ler livros. Dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (FAILLA, 2021), referentes aos anos de 2015 a 2019, revelam que 48% da população é considerada não leitora⁸. O levantamento é feito pelo Instituto Pró-Livro com parceria do Itaú

⁸ Para a pesquisa, são considerados não leitores aqueles que disseram não ter lido nenhum livro no decorrer de três meses. Ou seja, mesmo que tenha lido algum livro no período de 12 meses, o que é levado em consideração é o último trimestre. Essa definição é a mesma para a organização desde 2007.

Cultural e aplicação do Ibope. A pesquisa é feita na defesa da “valorização do livro como importante suporte do conhecimento humano e da ficção, tão fundamentais para a construção do saber, da formação humana e de cidadãos críticos e empáticos” (XAVIER, 2021, p. 10). O Instituto Pró-Livro é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sem fins lucrativos e que foi criada e é mantida por entidades ligadas ao livro (Abrelivros, CBL e Snel), e:

[...] assume sua responsabilidade social ao promover, além de outras iniciativas e pesquisas, este estudo, que tem como principais objetivos possibilitar a avaliação de políticas públicas e de ações voltadas ao fomento da leitura, à formação de leitores e ao acesso do livro por todos os cidadãos (XAVIER, 2021, p. 11).

Esse tipo de levantamento dispõe aos cidadãos brasileiros os meios de entender o comportamento dos leitores para que se possa criar um debate a fim de criar políticas públicas na área de educação e cultura para incentivar o hábito da leitura no país (SARON, 2021). Além da população e da iniciativa privada, é imprescindível a criação de políticas públicas para esse quesito. Por meio da análise dos dados, percebe-se que o número de leitores diminuiu desde a última pesquisa: uma diminuição de 4,6 milhões. O alto número de não leitores no Brasil (48%) pode estar conectado ao 84º lugar no índice IDH, aponta Xavier (2021).

O hábito da leitura está intimamente ligado à cultura e à educação do país. Uma nação com mais leitores é aquela que aprimora a qualidade do seu ensino e amplia o acesso ao conhecimento. Como Xavier (2021) defende, investir na educação, no letramento e o acesso do livro para todos é uma responsabilidade do Estado. Em busca de compreender os motivos do alto índice de não leitores, bem como a diminuição do número de leitores nos últimos anos, é fundamental olhar para a história do país para entender o que já foi feito no quesito das políticas públicas envolvendo o livro.

Se passarmos a contar a partir do período do Brasil Colônia, no século XVI, os primeiros passos do Brasil em relação à literatura estavam dependentes de Portugal. Isso porque não interessava ao Reino de Portugal incentivar que a sua colônia se desenvolvesse além da demanda exigida pela Coroa (MARQUES JUNIOR, 2004). Nesse momento, o território brasileiro era marcado pela exploração e não havia fomento suficiente da valorização da educação e a cultura, de modo que a censura permeava a edição e a aquisição de livros. O desenvolvimento da literatura no território brasileiro tinha dificuldades, como “a falta das condições culturais, associada ao isolamento das capitâneas, quer espacial, quer temporal, além da falta do público leitor”, conforme observa Marques Junior (2004, p. 76). A linguagem, tão necessária nesse aspecto cultural, foi imposta pelo colonizador:

[...] no momento da descoberta e durante o processo de conquista e colonização, houve o transplante de línguas e literaturas já maduras para um meio físico diferente, povoado por povos de outras raças, caracterizados por modelos culturais completamente diferentes, incompatíveis com as formas de expressão do colonizador (CANDIDO, 1999, p. 11).



Nos séculos seguintes, houve movimentos literários como o Barroco e o Arcadismo, mas a situação do livro no Brasil viria a ser transformada a partir da chegada da Família Real Portuguesa em 1808. Esse acontecimento é visto por Candido (1999) como o mais relevante em nossa história desde 1500. Foi a partir dessa data que começaram a ser realizados investimentos no âmbito intelectual e cultural. Nesse período, criou-se o primeiro serviço de tipografia para começar “a impressão de livros e a publicação de periódicos; e que só então a hegemonia cultural saiu dos conventos para ter nas atividades laicas o seu ponto de apoio, inclusive graças à fundação de escolas técnicas e superiores” (CANDIDO, 1999).

No entanto, apesar da impressão dos livros poder ser enfim liberada, ainda era limitada pelo Governo Português. Além do Rio de Janeiro, apenas a Bahia estava autorizada a possuir uma tipografia. Assim, a censura governamental permanecia (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019). A Impressão Régia era responsável pela publicação das comunicações oficiais do Estado, jornais e livros didáticos. Esse último, que é responsável pela formação do leitor e

[...] é poderosa fonte de conhecimento da história de uma nação, que, por intermédio de sua trajetória de publicações e leituras, dá a entender que rumos seus governantes escolheram para a educação, desenvolvimento e capacitação intelectual e profissional dos habitantes de um país (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019, p. 207).

Contudo, a existência do livro didático depende de uma política educacional e uma infraestrutura tecnológica que permita o funcionamento de tipografias e editora. O livro didático nasce, depende e é influenciado pelo poder do Estado. Na época, a intenção de investir em materiais didáticos, através da Impressão Régia, era justamente propagar as ideias sobre ensino superior consideradas por Dom João. Com o ensino superior interligado aos primeiros livros didáticos, ele se entrelaça “com a imprensa (responsável pela produção), a escola (local da formação) e a leitura (ato de consumo)”, sendo o leitor ponto de encontro entre tais itens, como observam Lajolo e Zilberman (2019, p. 225).

Entretanto, as instituições públicas eram alvos de críticas. Essa administração falha da educação pública está conectada com o hábito de leitura entre os brasileiros e “a médio e longo prazo terá consequências graves na formação de um público leitor quantitativa e qualitativamente habilitado a vivenciar práticas modernas de leitura”, conforme defendem Lajolo e Zilberman (2019, p. 228). Somente em 1821, após a Revolução do Porto e da Constituição exigida a Dom João, a censura é eliminada ao mesmo passo que o monopólio estatal sobre as impressões, facilitando a abertura das demais tipografias.

Com a independência do país, no ano seguinte, a educação permanece como alvo de descaso. Apesar da Constituição de 1824 ter como princípio a educação primária a todos, de forma gratuita, o Estado não assumiu a responsabilidade da educação dos brasileiros, repassando essa demanda para as províncias. Essas, por sua vez, também não se dedicavam a esse assunto –

tanto por falta de interesse quanto por falta de condições (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019).

Assim, a partir de 1840, começam os esforços de incentivo à leitura no Brasil na forma das tipografias, livrarias e bibliotecas. Mesmo com uma escolarização precária, havia uma demonstração de interesse para um avanço nesse aspecto. A população brasileira era formada por mais de 70% de analfabetos enquanto a escravidão permanecia em vigor, de forma que, para Lajolo e Zilberman (2019, p. 104), essas eram “a[s] marca[s] mais ostensiva[s] do atraso cultural, emblema de uma economia a quem a modernização escandalizava”.

Em 1889, o Brasil passa a ser uma República com um golpe militar do Marechal Deodoro da Fonseca. O novo governo começou criando políticas promissoras como quando:

[...] em 1890 a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, junto com o Serviço de Correios e Telégrafos, cujo titular foi Benjamin Constant, professor da Escola Militar. Empreendeu-se a reforma da instrução pública, desde a primária e secundária, no Distrito Federal, até o ensino superior, artístico e técnico, em todo o território brasileiro. O Colégio Pedro II, agora Ginásio Nacional, e a Escola Normal do Distrito Federal passam por uma reorganização, que os modela por princípios do positivismo, filosofia dominante do pensamento republicano (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019, p. 261).

No entanto, os problemas logo voltaram. A renúncia do primeiro titular da pasta Educação bem como a transferência da Instrução Pública para o Ministério do Interior e Justiça fariam com que mudanças nesse aspecto só acontecessem em 1930. Mesmo com a mudança radical de regime, “a República não cumprira as promessas; o Estado limitava-se a cooperar com certos autores e a resolver casos específicos, omitindo-se do problema geral e deixando de implementar uma política efetivamente eficiente” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019, p. 264). É somente no começo do século XX, com a criação do Ministério da Educação, que se inicia, efetivamente, um ambiente escolar mais organizado, abrindo portas para o ensino da literatura e, conseqüentemente, à leitura.

As políticas públicas envolvendo livros e bibliotecas começaram somente no ano de 1937, com a criação do primeiro órgão, que tinha como foco as bibliotecas públicas, o Instituto Nacional do Livro (INL); o Instituto Cairu com a função de realizar a Enciclopédia Brasileira; e o Plano Nacional de Educação (PNE). Após sua formação, o INL recebeu críticas pois os livros das bibliotecas eram produzidos por editoras privadas, financiadas pelo órgão governamental (ROSA, 2014). Além disso, a disponibilidade dos livros não garantia, conseqüentemente, a adesão da leitura. O Instituto focou mais na distribuição do que na formação de leitores, mas, ainda assim, “contribuiu para o desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil, bem como para a biblioteconomia com a formação de recursos humanos especializados” (ROSA, 2014, p. 43-44). A partir da década de 1990, o INL se funde à Fundação Biblioteca Nacional.



Outras políticas públicas com enfoque nos livros vieram posteriormente, como a Lei do Direito Autoral de 1998; a Política Nacional do Livro de 2003, com o objetivo de criar propostas que deixem o livro mais acessível, incentivando a leitura; o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) de 2006; a Lei de Desoneração Fiscal, de 2006, isenta os livros do pagamento do PIS/CONFIS/PASEP. Políticas focadas na leitura também surgiram, a exemplo: o Pró-Leitura e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), ambos de 1992. Desde 1938, investe-se em programas que possibilitem a distribuição de livros didáticos através da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) (ROSA, 2014). Por fim, em 2018, houve a sanção da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) (MARQUES NETO, 2021).

No entanto, o cenário das políticas públicas no país mudou desde 2016. Atualmente, nosso cenário contempla “a destruição do PNLL e a não implantação de qualquer nova estratégia de política pública de leitura inclusiva” (MARQUES NETO, 2021, p. 149). Isso porque, mesmo com a sanção do PNLE, “há um flagrante desrespeito” à lei, segundo Marques Neto (2021, p. 149). Resta, para o Brasil e os brasileiros, contar com os esforços da sociedade civil envolvida com o mercado literário. Fator esse que já era evidente até 2005, antes do o Plano Nacional do Livro e da Leitura, quando 70% das ações envolvidas para benefício da leitura eram de responsabilidade desse grupo, de acordo com a pesquisa realizada pelo Ano Ibero Americano da Leitura – Vivaleitura (MARQUES NETO, 2021). Ou seja, com o abandono das políticas públicas criadas anteriormente ou com a criação da proposta de taxaço do livro em 2020, por exemplo, voltamos aos mesmos passos de 2005.

ANÁLISE

Ao se observar a história do país, nos deparamos com séculos de descaso e sucateamento de políticas públicas que envolvam o livro. Em uma colônia vista como uma mina de ouro para exploradores, a educação não era prioridade. Com a vinda da Família Real Portuguesa, surgiram as primeiras tipografias no Brasil, mas a Impressão Régia controlava o conteúdo. Após a independência, no Império, a situação não mudou. Mesmo tendo a educação como princípio na Constituição, nada foi realmente feito no âmbito nacional.

Naquela época, o país contava com 70% de analfabetos na sua população. Atualmente, 40% das pessoas dizem possuir dificuldades para ler. Esse número se encaixa no grupo que: não sabem ler, leem devagar, não compreendem o que leem e que não tem concentração (FAILLA, 2021). É importante ressaltar esse alto número para sair da afirmação simplória que “o brasileiro não gosta de ler”, quando podemos observar que as questões referentes à leitura e ao livro vão além.

Com a Proclamação da República, surgiram as primeiras iniciativas, mas, ainda assim, as mudanças não saíram do papel. Esse descaso quanto à questão da leitura nos causou um atraso

que ainda se tenta reparar. Nesse sentido, entendemos que é necessário pensar em todos os movimentos contra, ou de desprezo, da leitura para compreender o alto número de não leitores no país, bem como a diminuição do número de leitores nos últimos anos. A primeira política pública visando à criação de bibliotecas, teve sua aprovação apenas no século XX, no ano de 1937. Ou seja, ela tem só 85 anos.

Em parte, esse fator contribui para nossa atual situação, já que 45% das pessoas que participaram da pesquisa dizem que suas cidades não possuem biblioteca pública. Ao mesmo tempo, 68% das pessoas reconhecem não ter o hábito de frequentar esse espaço. Nas escolas, o número é mais satisfatório: 86% dos estudantes disseram que suas escolas ou faculdades contavam com biblioteca, condição *sine qua non* para facilitar o acesso ao livro (FAILLA, 2021). Bibliotecas escolares e públicas são necessárias quando pensamos em facilitar o acesso ao livro. Considerando que, atualmente, o preço médio do livro está em R\$ 42,24, o produto não é barato de ser adquirido. Os dados são da pesquisa “Painel do Varejo de Livros” referente ao período de 18 de julho a 14 de agosto de 2022.

A escola, além de prover o acesso aos livros nas bibliotecas, também é responsável pelo letramento e pelo incentivo à leitura. Segundo o levantamento Retratos da Leitura no Brasil, o maior número de leitores de livros está entre os jovens na idade escolar. Crianças de 5 a 10 anos (71%), pré-adolescentes entre 11 e 13 anos (81%) e adolescentes entre 14 e 17 anos (67%). Conforme a idade vai avançando, o número de leitores vai diminuindo, mostra a pesquisa (FAILLA, 2021).

Por isso é essencial que as escolas públicas possam se manter, de modo a prover ensino de qualidade para crianças e adolescentes. É com o apoio e suporte do ambiente escolar que estamos formando novos leitores. Nos primórdios do Brasil Colônia, não se incentivava a educação nem mesmo a leitura, porque não era o interesse do governo que só focava na exploração das terras brasileiras. No entanto, agora, para que possamos evoluir cada vez mais como sociedade, é imprescindível uma maior valorização da educação. Quanto mais investimento na área da educação, quanto mais iniciativas governamentais, mais retorno teremos nessa área.

A diminuição do número de leitores, de 2015 até 2019, pode ser relacionada com o descaso das políticas públicas envolvendo o livro desde 2016. Programas como o PNLL são importantes, pois partem do pressuposto de que os brasileiros não possuem acesso à leitura, ao invés de pensar simplesmente que “não gostam de ler” (MARQUES NETO, 2021). Esses dados demonstram a falta que as políticas públicas fazem nesse aspecto da leitura. É preciso que, além da iniciativa privada e da sociedade civil, se tenha uma ampla iniciativa pública de valorização do livro.

Entende-se, com isso, que não se pode regredir após a criação de políticas públicas que incentivam a formação do leitor. Grandes avanços foram feitos durante a história, mas é preciso mais. Não podemos voltar atrás depois do que já conquistamos. Essa análise só foi possível



através dos dados da pesquisa Retratos da Leitura. Manter projetos como esse, que mapeiam o comportamento do leitor, é fundamental para que possamos ter um panorama da leitura no Brasil e buscar diversas formas de progresso. É preciso entender o comportamento do brasileiro para conseguir criar iniciativas para o desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES

O livro é um instrumento de educação e cultura. Saber ler e ter acesso à leitura são direitos de todos. A leitura traz conhecimento e é indispensável para o desenvolvimento do país. Ademais, amplia o acesso à informação e à interpretação de textos. Além do livro, a leitura também se estende para jornais, revistas e portais de notícias na internet. Em tempos de *fake news*, é necessário pensarmos também por esse viés. Quando se investe na leitura dos livros, se investe na democratização da informação e do conhecimento.

Todavia, a nossa história abrange séculos de negligência na criação de políticas públicas que envolvam o livro. Durante os períodos do Brasil Colônia, Império e os primeiros anos da República, pouco se fez nesse aspecto. O fato de as primeiras políticas públicas só tomarem forma em 1937 (menos de um século do ano de 2022, quando se escreve esse trabalho) demonstra o tamanho do nosso atraso e o quanto estamos pagando o preço desses anos de descaso. Ao longo dos anos seguintes, programas foram criados em torno da educação e da leitura. A criação de bibliotecas públicas e escolares, a isenção de taxa nos livros e a distribuição de livros didáticos são imprescindíveis para fazer com que o livro seja mais acessível aos brasileiros.

Até 2005 a grande força em prol da leitura ainda vinha da sociedade civil. A situação mudou em 2006 com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). No entanto, dez anos depois, a situação já era outra. Já não há mais esforços para manter os programas de valorização do livro. Ao mesmo tempo, de 2015 até 2019, houve uma diminuição no número de leitores no país: menos 4,6 milhões. Através desse dado, conseguimos visualizar a importância de manter políticas públicas efetivas em torno do livro e da leitura. Já estamos lutando contra o atraso de séculos, não podemos regredir nos avanços que tivemos nos últimos 20 anos.

Portanto, é necessário que se invista em políticas públicas para que os brasileiros tenham mais acesso aos livros e à leitura. Somente a iniciativa privada e da sociedade civil não são o suficiente para suprir séculos e séculos de atraso. Nossos governantes precisam ter o compromisso com a leitura e o livro. O mapeamento de leitores e não leitores serve como auxílio para a implementação das políticas públicas, pois fornece as informações necessárias para compreender o comportamento e as necessidades dos brasileiros. Por isso, é indispensável o investimento em estudos que envolvam esse tema. A leitura de livros fortalece o pensamento e o senso crítico. Investir na leitura é investir na educação e cultura do país.



REFERÊNCIAS:

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

IPL. **Instituto Pró-Livro**, c2022. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sem fins lucrativos. Disponível em: www.prolivro.org.br/. Acesso em: 21 set. 2022.

FACCHINI, Talita. Nielsen: 8º Painel do Varejo de Livros alivia desaceleração e impacta no acumulado. **PublishNews**. [s.l.], 15 set 2022. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2022/09/15/nielsen-8-painel-do-varejo-de-livros-alivia-desaceleracao-e-impacta-no-acumulado>. Acesso em: 17 set. 2022.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. Editora Unesp, 2019.

MARQUES JUNIOR, Milton. **Literatura Brasileira: Era Colonial (1500 – 1808/36) Periodização e Textos**. João Pessoa: Ideia, 2004.

MARQUES NETO, José Castilho. Retratos da leitura no Brasil e as políticas públicas do livro e leitura. *In*: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021, p. 146-153.

ROSA, Flávia. Histórico das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 17, 2014, p. 41-47.

SARON, Eduardo. Leitura: uma questão de política pública. *In*: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021, p. 11-12.

XAVIER, José Ângelo. “É urgente melhorar esse ‘retrato’ transformar o Brasil em um país de leitores é desafio de toda sociedade brasileira”. *In*: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021, p. 7-8.